



Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

Stahl, Reni Luiz; Odelso Schneider, José
As interfaces entre cooperativismo e economia solidária
Ciências Sociais Unisinos, vol. 49, núm. 2, mayo-agosto, 2013, pp. 197-206
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93828220008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

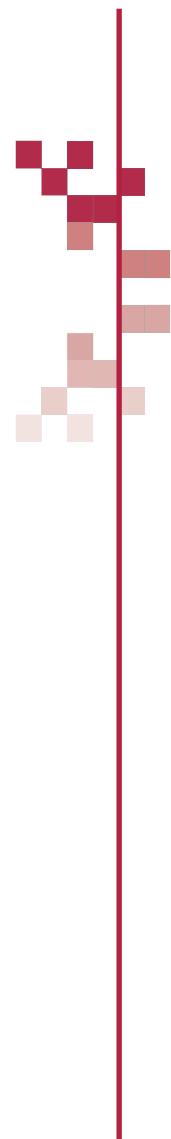
redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

As interfaces entre cooperativismo e economia solidária

The interfaces between cooperatives and solidarity economy



Reni Luiz Stahl¹
reni.stahl@gmail.com

José Odelso Schneider²
odelso5@gmail.com

Resumo

A Economia Solidária vem sendo defendida em muitos trabalhos como alternativa à grave situação da precariedade nas relações de trabalho. Para Paul Singer (2002, 2003), um dos promotores do projeto, a Economia Popular Solidária, como também é conhecida, pode ser considerada um modo de produção inovador dentro do próprio sistema capitalista. Sua principal argumentação é que esse modo de produção, mesmo ocupando as "brechas" do sistema, poderia caminhar rumo a uma nova organização social, de cunho socialista, democrático e popular, por meio de sua multiplicação. Partindo dos princípios que foram suscitados junto com a primeira cooperativa na Europa já há mais de 186 anos, desde a primeira cooperativa de consumo criada por William King em 1827, ou há mais de 169 anos desde a emergência da Cooperativa Pioneira de Rochdale, pode evidenciar-se a sua grande atualidade. Cabe destacar especialmente o princípio da gestão democrática, que foi implantado por cooperados trabalhadores, que o fizeram de forma audaz e inovadora no ambiente europeu de então, quando ainda não havia experiências de exercício do poder na base de "uma pessoa, um voto" no cenário político europeu de então. Essa forma inovadora de organização empresarial fazia parte do ambiente de lutas emancipadoras dos trabalhadores, como em processos de constituição de fábricas cooperativas ou de recuperação de fábricas falidas, como também em outras formas de manifestações reivindicatórias e de associativismo. Muitas dessas iniciativas operárias, tanto naquela época como também hoje, acabaram sendo agrupadas e misturadas com outras formas de organização, de fomento e de políticas públicas que buscam soluções mitigadoras para problemas estruturais tais como o desemprego e a exclusão social. Dessa forma, forças de resistência ou revolucionárias, movimentos da sociedade civil organizada, práticas assistencialistas, mutualismo, cooperativismo e solidariedade acabaram sendo partes de um mesmo projeto de Economia Social e Solidária.

Palavras-chave: economia solidária, políticas públicas, inovação econômica, cooperativismo, autogestão, empreendedorismo.

Abstract

Solidarity Economy has been defended in many works as an alternative to the severe conditions of precariousness in labour relations. For Singer (2002, 2003), one of the promoters of the aforementioned project, Popular Solidarity Economy, as it is also recognized, can be considered an innovative production method within the capitalist system. His main argument is that such methods, even occupying the "loopholes" of the system, could move towards a new social organization of socialist slant, through its multiplication. Based on principles that were raised with the first cooperative in Europe 186 years ago with the first consumer cooperative created by William King or 169 years ago since the emergence of the Rochdale Pioneer Cooperative, we can observe how updated Solidarity Economy is.

¹ Formado em administração, com especialização em três cursos: metodologia do ensino superior, gestão empresarial e especialização em cooperativismo. Atuou como gerente no SENAI/RS na área de meios e fins. No cooperativismo, atua como conselheiro fiscal no SICREDI/Pioneira. Rua José da Silva Xavier, 150, Bairro Rondônia, Novo Hamburgo, RS, Brasil.

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado e Doutorado) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil. Também atua na Coordenação do CESCOOP.

It is worth mentioning the principle of democratic management, which was implemented by cooperative workers, who did it in a bold and innovative way within the innovative environment in Europe then, when there was no experience of exercise in power on the basis of "one person, one vote" in the European political scene then. This innovative form of business organization was part of the environment of struggles of workers, as in processes of formation of cooperative factories or recovery of bankrupt factories, but also in other forms of claims and associativism. Many of these worker initiatives, then and even today, were eventually grouped and mixed with other forms of organization, promotion, and public policies that seek solutions in for mitigating structural problems such as unemployment and social exclusion. Thus, forces of resistance or revolutionary movements of civil society organizations, welfare practices, mutualism, cooperativism and solidarity became eventually parts of the same project of Solidarity Economy.

Key words: Cooperativism, Solidarity Economy, Economic Innovation, Entrepreneurship.

Introdução

Estamos vivendo hoje uma época de grandes mudanças, ocorrendo de forma diversificada em todos os campos da vida econômica, social e cultural e, de modo especial, no mundo do trabalho. As inovações tecnológicas e administrativas nos processos produtivos, a revolução na informática e seus impactos em todos os setores da economia e da sociedade promovem a robotização e a automação, eliminando, de forma progressiva, tradicionais postos de trabalho e de renda. Não há dúvida de que tais transformações, geram novos postos de trabalho, mas não em número suficiente para compensar o grande contingente de trabalhadores que são excluídos do processo produtivo e de renda. Aumenta, assim, o número de desempregados, de subempregados, enfim, de excluídos.

Face a essa dramática situação, a sociedade, a própria economia, as entidades associativas e os poderes públicos se mobilizam para enfrentar essa realidade. Emergem, assim, as inúmeras iniciativas animadas por empreendimentos da economia solidária e pelo avanço da economia civil, com o efetivo protagonismo popular e de base na condução dos processos econômicos e comerciais, criando associações ou cooperativas para estruturar as iniciativas da economia solidária, visando a gerar trabalho, renda para comercializar o que produzem.

Há, por outro lado, cada vez mais o espaço de participação nas "políticas públicas", onde, de forma parceira, o poder público e as diversas iniciativas da sociedade civil procuram participar de forma responsável e competente na definição de políticas e em outras providências para enfrentar a exclusão e o desemprego.

Nesse cenário de crise, o Estado procura repassar para a sociedade civil crescentes parcelas de responsabilidade na busca de saídas, entre elas, respeitando o espaço e apoio ao terceiro setor. Assim nascem as Organizações Não Governamentais (ONGs). Nessa nova categorização, o cooperativismo também se inclui no terceiro setor. Trata-se de uma articulação e de uma associação de pessoas com valores e princípios previamente consensuados. Ambas, ONGs e Cooperativas, tentam atenuar as desigualdades sociais oriundas do acúmulo de riquezas. A coo-

peração integra a ideia de trabalho social combinado, onde, é preciso alterar a lógica da produção societal; a produção deve ser prioritariamente voltada para produzir valores de uso e não de troca.

Em nossa época, multiplicam-se iniciativas que buscam alternativas de sobrevivência aos desequilíbrios sociais causados pelo sistema econômico neoliberal. Esse sistema acolhe e estimula o desenvolvimento tecnológico e informacional, porque lhe permite gerar crescentes margens de lucro e de concentração de capital, de propriedades, poder e o domínio do progresso científico, mas, ao mesmo tempo, gerando o desemprego em massa, a exclusão e a exploração da mão de obra. Como reação e resistência a esse processo, já há 190 anos, na Inglaterra e na França, surgem o cooperativismo e o sindicalismo, como uma nova possibilidade de reestruturação do processo produtivo e da própria sociedade. Tendo como foco o trabalho, o ser humano se identifica e busca sua satisfação plena, abre espaços para o protagonismo, estabelece uma identificação direta com o produto que produz, tendo acesso à utilização do mesmo e não somente focado no capital.

Esse movimento de resistência presente nos inícios do capitalismo industrial, hoje se renova e se reflete num novo contexto de conflitos e tensões, onde os múltiplos empreendimentos da economia solidária somam esforços e iniciativas ao lado da longa trajetória do cooperativismo em busca de uma economia mais solidária, humana e participativa, em suma, na busca de "uma outra economia possível" ou de "um outro desenvolvimento possível".

Como e por que surgiram as cooperativas? As organizações cooperativas foram criadas por representantes da classe operária no início da deflagração da revolução industrial capitalista. Então, a classe trabalhadora estava submetida à ganância incontrolável de empreendedores industriais da época, que os mantinham em 12 a 14 horas contínuas de trabalho diário, com salários de fome, em condições precárias de saúde e de segurança laboral, sem legislação trabalhista, previdenciária e nem sindical que os protegesse. Os operários de Rochdale criaram uma cooperativa de consumo, autônoma, solidária, integralmente sob o seu controle a ser gerida democraticamente na base de

"uma pessoa, um voto", algo então inusitado no cenário econômico, social e político europeu, tanto no processo produtivo, quanto na distribuição dos excedentes gerados. Na sequência das propostas do socialista utópico Robert Owen, propõe-se a expansão do modelo, para que a classe trabalhadora, através de cooperativas, pudesse controlar progressivamente empreendimentos econômicos na indústria, na construção civil, na produção agropecuária e no setor de serviços.

E o que são os empreendimentos econômicos solidários? São ações que surgem e se expandem a partir da segunda metade do século XX, capazes de gerar novas oportunidades de inserção social por meio do trabalho; priorizando certos princípios que são: democratização da gestão do trabalho; ajuda mútua; responsabilidade, equidade e solidariedade; domínio do 'know-how' produtivo; distribuição equitativa da renda obtida; e fortalecimento do desenvolvimento local de forma sustentável. A Economia Solidária tem por base a Autogestão dos empreendimentos onde todos decidem coletivamente e onde os valores éticos da honestidade, da transparência e da responsabilidade social são defendidos por todos. A cooperativa agrícola, quando gerida de forma coerente com seus valores e princípios, pode ser considerada a unidade básica da Economia solidária.

As cooperativas e os empreendimentos da economia solidária surgem e se movem num contexto específico de desenvolvimento. Que entendimento podemos ter sobre desenvolvimento? Ignacy Sachs (2007), em consonância com os postulados éticos propostos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano (PNUD) em seus relatórios sobre o tema, cita três atributos básicos para o desenvolvimento: desenvolvimento das pessoas, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direito de escolha; desenvolvimento para as pessoas, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população; e desenvolvimento pelas pessoas, empoderando-as, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários.

Ora, tanto as organizações cooperativas quanto os empreendimentos solidários, seja pela sua filosofia, seja pela sua forma de organização do trabalho, quanto também pela forma como produzem e distribuem os bens e serviços gerados, têm as melhores condições de realizar os atributos básicos do desenvolvimento antes mencionados. Ambas requerem a transparência, a consciência da relevância do empenho coletivo e a participação ativa e decisória em todas as etapas de suas atividades autogestionadas. E é isso que facilita empoderar a cada um e a todos os cooperados, oferecendo-lhes espaços de participação no campo econômico, social, político e administrativo de suas organizações.

A cooperação e a autogestão como caminho para a outra economia

Segundo Pires e Silva (2004), a cooperação é uma das principais estratégias para o enfrentamento de uma economia por natureza excludente, identificada como a globalização. Daí a necessidade de criação de associações diversas, especialmente cooperativas e empresas da economia solidária, como um canal importante de organização do produtor e da produção, geração de trabalho e renda, agregação de valor e comercialização da produção.

O fato de que, numa cooperativa e nos empreendimentos da economia solidária as pessoas se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, se aproxima da ideia de desenvolvimento social e econômico, podendo constituir-se como uma ideia-força, capaz de fomentar a transformação social.

O Cooperativismo e os recentes empreendimentos da economia solidária possibilitam uma maior e mais efetiva participação da sociedade, em matéria econômica, onde afinal se jogam e asseguram os meios vitais de sobrevivência. Isso se dá através da sua autogestão democrática, promovendo a redução das desigualdades sociais e assegurando a inclusão social, e mais, ou seja, uma inclusão social qualificada, através da consolidação da cooperação, inclusive utilizando-se de práticas mercadológicas e administrativas em benefício da sua autogestão que se foca nas pessoas e não no capital. Ora, segundo informações da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), a economia solidária movimentou, em 2012, cerca de R\$ 12,5 bilhões por ano no país, beneficiando cerca de 2,5 milhões de pessoas. Isso representa um fato de grande alcance social, acessível aos empreendedores e trabalhadores de baixa renda. Associando a esse universo a expressiva presença das cooperativas, que já beneficiam 10 milhões de cooperados no país, cujas empresas igualmente se orientam pela lógica do serviço e não do lucro, visando a satisfazer as reais necessidades da população, temos que tais economias promovem um novo jeito de produzir, de consumir, de vender, de comprar, trocar bens e serviços para a sobrevivência das coletividades³. Em tais experiências, todas as pessoas se ajudam, discutem e decidem coletivamente e procuram contribuir para o bem comum, o bem da comunidade. Essas iniciativas manifestam uma expansão continuada e regular.

A inclusão social promovida pelas cooperativas e pelos empreendimentos da economia solidária possibilita ao cidadão, de modo especial através da assistência técnica, a oportunidade de adquirir conhecimento, também na área administrativa, empresarial e mercadológica. Quando dotado deste, possibilita uma continuada busca de transformação para uma melhor qualidade de

³ Correio do Povo (2012). Um exemplo do benefício que realizam, é o caso de tantas cooperativas de recicladores, de resíduos urbanos, o grande problema ambiental de hoje, gerando trabalho e renda, como no caso da Cooperativa de Catadores Autônomos de Materiais recicláveis na Grande São Paulo, cujos 90 associados obtém uma renda média mensal de R\$ 1.500 reais.

vida econômica e social e, ainda mais, proporciona uma tomada de consciência que transforma o seu entorno, a sua comunidade, através de uma atuação política em seu conceito mais amplo. Portanto, a exclusão social não se restringe unicamente à pobreza e sim a uma população sem acesso à educação, à tecnologia e aos bens e serviços produzidos pela sociedade. As cooperativas, pela sua atuação em áreas geográficas delimitadas, não promovem a transferência de recursos gerados para outros estados ou países, recursos estes que geram o desenvolvimento da região. O cooperativismo tem proporcionado no país a tendência, que nas comunidades onde suas entidades sócio-empresariais estão bem estruturadas, de o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – ser muito superior aos das comunidades onde não há cooperativas.

No que diz respeito à autogestão, ela é divulgada em diferentes tipos de cooperativas, pertencentes a classes sociais distintas e antagônicas, que cada vez mais estão estreitamente preocupadas com a viabilidade econômica do empreendimento e com a reprodução do capital, e não com sua função social, de caráter emancipatório em sentido pleno, qual seja, que englobe as dimensões social, econômica e política. Contudo, principalmente no que concerne à fomentação dessas organizações "autogeridas" pelas universidades, por meio das incubadoras tecnológicas, e por políticas públicas muitas vezes unilaterais, caracterizando um movimento exógeno, surge a preocupação de que a Economia Solidária, uma vez instalada nos setores mais precários, poderia estar sendo reacionária, pois acabaria sendo funcional aos interesses do capital, portanto, não mais sendo uma força de resistência de caráter revolucionário, o que significaria a queda da bandeira socialista que está por trás do projeto.

Nesse sentido, tem-se como objetivo fazer uma reflexão sobre duas correntes teóricas que abordam e discorrem sobre o cooperativismo, quais sejam, uma de cunho mais empresarial e outra mais social, assim como suas limitações, principalmente na dimensão social e, dando maior destaque para a segunda corrente, uma vez que vem sendo colocada como alternativa ao desemprego. Especificamente, tem-se como objetivo levantar algumas hipóteses para aquilo que seria nossa questão fundamental: Existem interesses antagônicos nas diferentes correntes de cooperativas? As hipóteses que se levantam aqui são:

(a) Muitas Cooperativas, buscando eficiência e competitividade e, muitas vezes tentando sobreviver dentro do sistema capitalista, estão, cada vez mais, utilizando estratégias empresariais: sendo heterogestionadas pelo grande capital ou o Estado, utilizando força de trabalho assalariada e (não associada), grosso modo, com finalidade de reprodução do capital, sendo um entrave à legislação que as regula.

(b) Outras são reutilizadas como organizações dos próprios trabalhadores como forma de resistência ao desemprego ou ao poder patronal, sendo então uma força contra hegemônica e antagônica aos interesses estritos de reprodução do capital. Estas estariam então dentro da dimensão da Economia Solidária e também estariam sofrendo entraves, pois necessitam de políticas públicas específicas e uma diferenciação substancial e jurídica das cooperativas supracitadas na primeira hipótese.

(c) Vistas as duas primeiras hipóteses, levanta-se uma terceira em que ambas, as diferentes formas de Cooperativas, coexistem e são extremamente concorrentes, principalmente no que diz respeito às políticas públicas, pois o ambiente institucional as trata de forma indiferente.

(d) Que a Economia Solidária, não de forma genérica, mas em algumas situações, estaria sendo funcional ao capital, dessa forma, em algumas medida, reacionária. Em suma, o presente ensaio, primeiramente, fará uma breve reflexão sobre os conceitos chave e suas metamorfoses ou quase-metamorfoses durante a história e, principalmente, sobre o conceito de cooperação, sob a luz central do autor Motta (1981).

Dando sequência, serão apresentadas duas correntes teóricas sobre o cooperativismo no atual contexto, sendo uma delas de cunho mais empresarial e a outra mais social, sob a luz principal dos autores Zylbersztajn (2002) e Singer (2002, 2003), respectivamente.

O cooperativismo e a “autogestão”: identidades e seu movimento de degeneração

O que é um cooperativismo de tipo burocrático? Em que medida tal realidade afasta o movimento cooperativista da sua proposta originária de “autogestão”?

Singer (2002) chama a atenção para a tendência histórica de degeneração, por parte das cooperativas, dos seus princípios autogestionários, transformando-se numa realidade de participação muito mais formal do que efetiva. Tal realidade é o que se denomina aqui de cooperativismo de tipo burocrático. Nesse tipo de organização, mesmo que estejam inscritos os mesmos princípios da origem do movimento cooperativista, sua realidade de gestão e repartição do poder e dos ganhos é apenas formal. Não há o envolvimento e a participação ativa dos sócios-membros, transformando-os em meros e descomprometidos clientes da cooperativa, e, além disso, tende a ocorrer uma crescente utilização de trabalho assalariado ou trabalho contratado, gerando uma realidade de poucos sócios e muitos subordinados (heterogestão burocrática). Para melhor entender tal movimento de afastamento, deve-se, antes de qualquer coisa, refletir sobre o próprio termo “cooperação”. Dessa forma, Motta (1981) coloca que qualquer trabalho coletivo é feito essencialmente por um tipo de cooperação, assim ele esclarece:

Na sociedade atual o termo “cooperação” tem um valor positivo, geralmente incluindo a ideia de espontaneidade, caráter voluntário e tolerância. Não é este o sentido de “cooperação” aqui empregado. A cooperação significa apenas que vários indivíduos trabalham juntos para um determinado objetivo, no mesmo processo de produção, ou processos diferentes, mas conexos. Civilizações como a egípcia ou a chinesa tinham uma forma de cooperação própria. Essa forma de cooperação do modo de produção asiático é chamado cooperação simples, e

ela pode ser encontrada ainda em modos de produção mais recentes como o capitalismo, mas ao lado de formas de cooperação mais complexas.

A cooperação simples se refere a todas aquelas operações que não permitem por natureza a decomposição em partes, mas que, por outro lado, só podem ser realizadas por muitas mãos. É o caso do transporte de uma pedra para a construção de uma pirâmide (Motta, 1981, p. 6-18).

Motta afirma ainda que além da cooperação simples, há outras formas de cooperação como a cooperação da manufatura e a da indústria, cada uma delas vai reservar ao trabalhador parcelas cada vez menores de trabalho, tornando-o mais pobre e repetitivo.

Como o trabalho coletivo, qualquer que seja, envolve diferentes trabalhadores e diferentes processos ou tarefas, é necessário haver algum tipo de coordenação. Entretanto, a qualidade desta coordenação e sua relação com os demais trabalhadores pode ser instituída de diferentes formas, logo:

Todas as formas de cooperação exigem uma função de coordenação. Essa função poderia ser desempenhada por alguém que o grupo elegesse através de um sistema de rodízio. Isso, porém, não pode ocorrer em um modo de produção antagônico; e não ocorre, portanto, no capitalismo. Nesse sistema, a função de coordenação, chama-se diretiva, é imposta e visa à apropriação da mais valia. Existe no capitalismo uma relação autoritária entre os que detêm ou representam o capital e os que vendem o seu trabalho (Motta, 1981, p. 18).

Dessa forma, a "autogestão" é um tipo de cooperação cuja relação central é o não antagonismo entre os participantes de um dado processo produtivo, por isso ele é considerado, por diferentes autores que estudam tal tema, como algo diferente ou contrário ao sistema capitalista de organização do trabalho (Motta, 1981).

De acordo com Singer (2002), o sistema heterogestionário tradicional, típico do sistema capitalista, tem como característica marcante a divisão do trabalho no máximo de pequenas tarefas possíveis; divisão entre os que coordenam e dirigem e os que executam e trabalham; consequentemente, ocorre a fragmentação do conhecimento, dos processos de produção e a fragmentação das relações de trabalho entre as pessoas (cada trabalhador relaciona-se mecanicamente e de forma fragmentada com os demais colegas, dentro da estreita necessidade de execução das suas tarefas).

Uma proposta de trabalho "autogestionário" tem então como característica marcante a recuperação dos laços de solidariedade ainda dentro dos processos produtivos, por meio da transparência da gestão, da divisão de poder e dos ganhos e do enriquecimento de tarefas por meio de uma participação ativa dos cooperativados-trabalhadores.

Com o exposto acima, fica mais fácil perceber que mesmo o movimento cooperativo pode sofrer inúmeras variações na sua forma concreta de gestão e repartição do poder interno. O problema é que muitas vezes tais variações tendem a aproximar

uma cooperativa mais de uma forma de trabalho burocrático, típico do capitalismo, do que ser uma alternativa de "autogestão" (que daria uma especificidade real ao cooperativismo em relação ao trabalho assalariado).

Rios (1989) coloca uma questão chave para entender de que maneira o cooperativismo se distancia da "autogestão", ao indagar sobre a relação entre a diferenciação das classes sociais e a proposta niveladora do cooperativismo originário (de cunho autogestionário):

Na realidade, longe de superá-la, a diferenciação classista se reproduz no cooperativismo, contradizendo a ideologia niveladora. A cada classe sua cooperativa. Existe, pois, um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres. Isto significa que, ao invés de as diferenças entre as classes diminuirem, ao contrário, se acentuam. Isto ocorre pela concentração de riqueza, do prestígio social e do poder político aumentado pelas cooperativas das classes dominantes (Rios 1989, p. 10).

A tendência de degeneração das cooperativas para um tipo de cooperativismo mais burocrático significa, entre outras coisas, que ainda há muitos obstáculos e que possivelmente faltam instrumentos e também um trabalho de educação que motive os associados em prol da mudança de consciência para fazer da sua proposta uma alternativa real e concreta de trabalho e organização coletiva (de tipo não subordinado). Ninguém nasce cooperativista. A cultura da cooperação é resultado de um longo e complexo aprendizado, e as próprias lideranças cooperativas frequentemente são insensíveis à necessária sensibilidade para perceber a importância da educação cooperativa. Ora, na opinião dos educadores, o impulso que leva o ser humano à educação é ontológico, ou seja, decorre de sua própria natureza. É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. As pessoas se tornam "educáveis" na medida em que se reconhecem inacabadas. É a consciência da sua inconclusão que gerou sua educabilidade. Como todos os seres humanos são incompletos, inacabados, diferentemente dos demais seres da natureza, sua ontologia os faz conscientes de sua incompletude, do inacabamento, impulsinando-os para a plenitude, para o acabamento e para a conclusão, portanto, para a educação, pela qual podem superar o que são, em direção ao que serem ser (Streck et al., 2008).

Ora, o "objetivo de se fazer do cooperativismo e das cooperativas um instrumento de mudanças, assim como um eficiente setor competitivo, não pode ser alcançado se não for pela via do quinto Princípio Cooperativo" (Klaes, 2005, p. 21). Justifica-se a ênfase dada à educação cooperativa por ser imperativa a necessidade de as cooperativas resgatarem a educação cooperativa como forma de preparar e qualificar seus associados. Para tanto, a atuação qualificada dos colaboradores, gestores e dirigentes é que tenderá a alterar o perfil do associado desinformado, desestimulado, desinteressado e não atuante para o perfil de um associado participativo, motivado e consciente de seus direitos e deveres. Um dos conteúdos essenciais de tal educação reside nos Valores e Princípios e num método próprio de organização

e trabalho, onde estes são as qualidades essenciais que tornam os cooperativistas eficazes, as cooperativas distintas e com clara noção de sua Identidade e o Movimento Cooperativo relevante (Klaes, 2005, p. 18).

Acreditamos que as cooperativas, por possuírem todos os elementos da cultura, tais como ritos de passagem, herança cultural, ritos de iniciação, símbolos, mitos, tudo o que se necessita à cultura de uma forma mais ampla e principalmente à cooperativa, possam realizar o dito anteriormente. Enfim, há um sonho de que "uma outra economia é possível", e que as cooperativas em geral e os recentes empreendimentos da economia solidária muito podem contribuir em prol da possível realização deste sonho!

Os movimentos de degeneração no cooperativismo e na economia solidária

Porém, para tanto, as próprias cooperativas e os empreendimentos da economia solidária precisam superar contradições e desafios internos, que as impedem ou dificultam a sua contribuição em prol de "uma outra economia possível". Entre os vários obstáculos interpostos pelo cooperativismo burocrático, pode-se mencionar:

No cooperativismo

(i) A pouca rotatividade entre as lideranças, onde as mesmas pessoas, durante anos seguidos, mantêm-se à testa da organização e pouca atenção destinam à preparação de novas lideranças. (ii) A falta de maior identificação e participação dos associados na cooperativa. Muitos, sendo associados já há muitos anos, apenas vêem a cooperativa como uma entidade que lhes dá algumas vantagens individuais. Valorizam pouco a cooperativa enquanto um empreendimento coletivo. (iii) O ambiente pouco participativo nas assembleias gerais das cooperativas. Tais assembleias geralmente se revestem de um caráter muito formal, com a presença de um grande número de pessoas, protocolar, ritualístico, distante das pessoas, procedimentos talvez necessários, mas antiparticipativos. Por isso, tal participação é possível resgatar, mas em ambientes sociais pequenos e informais, que tendem a ocorrer nos encontros de núcleos de base por localidades ou por profissões, ou nos comitês educativos, onde há uma maior homogeneidade cultural, econômica, social e até linguística entre os participantes. Todos ali se conhecem, são vizinhos, compadres, comadres, etc. Enfim, predominam nos microambientes relações sociais primárias, informais, relações de vizinhança, humanamente mais cálidas. (iv) Debilidade nos vínculos de adesão dos associados com a cooperativa, e que, por isso, frequentemente, são infiéis em operar com a cooperativa, que não a vêem como "a sua casa", mas tendem a operar com o concorrente que, pontual e momentaneamente, lhes ofere-

ce alguma vantagem adicional em relação à cooperativa. (v) Uma inadequada relação entre poder e saber na cooperativa: há momentos em que um dirigente eleito, dotado com forte charisma de liderança tende a ignorar os técnicos e especialistas da cooperativa, fazendo "tábua rasa" sobre os conhecimentos e as experiências do quadro técnico-administrativo adquiridas ao longo dos anos, monopolizando assim as iniciativas, as decisões e providências a serem adotadas. Ou no outro extremo, um dirigente eleito pode ser manipulado pelo quadro técnico e burocrático da cooperativa, e ter pouca flexibilidade nas decisões, isso porque os burocratas são os que mais a fundo conhecem todas as peculiaridades e os "segredos" das cooperativas.

Outras contradições internas e desafios a superar são:

(vi) Os impasses das cooperativas para a formação de um eficiente processo de capitalização em comparação com as empresas da concorrência. A maior transparência contábil e financeira não lhes permite apelar a procedimentos tão frequentes na concorrência, tais como com a evasão de impostos, o "caixa 2", etc. (vii) Há a falta de intercooperação e cooperação cooperativa, princípios tão caros à Aliança Cooperativa Internacional e reafirmados em todos os últimos Congressos Internacionais. Enquanto isso, as demais empresas do mercado, embora movidas pela concorrência, sabem abrir mão do seu "isolamento empresarial" e unir-se, articular-se em redes, criando Associações, Federações e Confederações, para a defesa de seus interesses de busca e concentração do lucro e para manter maior visibilidade e poder no mercado, formando os grandes e poderosos conglomerados multinacionais. (viii) Há critérios confusos na construção de parcerias das cooperativas com o poder público, que, quando não devidamente esclarecidos, tendem a gerar dependências, relações paternalistas, subordinação e ingerência do poder público. Isso pode ocorrer, sobretudo, no que tange às cooperativas habitacionais, que necessitam construir boas parcerias com o poder público municipal, para a realização dos diversos serviços da infraestrutura urbana, mas sob a condição que se respeite a autonomia e a identidade das cooperativas. Tais parcerias se expressam na aquisição da área para a construção do conjunto habitacional, no fornecimento dos diversos serviços de infraestrutura em termos de luz, água, esgotos, etc. (ix) O menosprezo ou o pouco caso em prol da educação cooperativa e hoje também da educação ambiental, um dos pilares do cooperativismo desde o empreendimento Pioneiro de Rochdale. Ela é a mola mestra, o pré-requisito para o bom cumprimento dos demais princípios e para que a cooperativa cumpra com todas as suas funções sociais. A maioria dos dirigentes e executivos das cooperativas, devido aos crescentes desafios e às implacáveis e diversificadas cobranças do mercado globalizado de hoje, precisam ocupar-se em tempo integral e agir com decisões rápidas para manter a cooperativa funcionando e não ser sufocada e destronada pela concorrência. Sobra assim pouco tempo e pouco espaço para atender a contento ao princípio da educação cooperativa, tão relevante para o Movimento. (x) A "síndrome da prosperidade", ou seja, muitos associados, quando, graças à cooperativa, chegaram a um patamar razoável de produção qualificada, de

conforto, de nível de vida e de segurança econômico-financeira, movidos por um senso de autonomia, se desvinculam, saem da cooperativa e constituem seu próprio negócio, e com frequência, concorrem com a própria cooperativa que muito os ajudou a chegar ao estágio em que se encontram.

Na economia solidária

Quais tendem a ser as lacunas, as falhas e os desafios a serem enfrentados pelos inúmeros empreendimentos da economia solidária para assegurarem a sua sobrevivência e contribuírem para um processo de desenvolvimento alternativo e sustentável? Podemos citar dentre outros: (i) A não geração de excedentes suficientes para seus membros, que mostram uma grande pre-mência por renda para o sustento familiar; (ii) Dificuldades na contabilidade, destacando-se a falta de controle eficiente do fluxo de entrada e saída de recursos financeiros e materiais; (iii) A rotatividade dos membros colaboradores de empreendimentos comuns devido à demora nos resultados (geração de excedentes) e à atração ainda existente em favor da "segurança" da carteira assinada, oferecida pelo emprego formal; (iv) A falta de controle de qualidade dos produtos; (v) As dificuldades no processo produtivo e na comercialização dos produtos; (vi) A dependência gerada pela ajuda externa; em especial a ajuda de recursos públicos e oficiais, especialmente nos seus inícios, gerando expectativas paternalistas e possível subordinação e passividade permanente; (vii) As dificuldades relacionadas ao processo de tomada de decisões para pessoas que, ao longo de sua vida de trabalho, estavam acostumadas sempre e apenas a obedecer, a executar ordens na condição anterior de assalariado. Antes recebiam instruções prontas, e de forma verticalizada, nunca se abrindo um espaço para ouvir sua opinião ou para solicitar suas sugestões.

Os potenciais internos de recuperação na economia social e solidária

Do ponto de vista estritamente econômico, muitos desses empreendimentos estariam condenados à falência. No entanto, apesar das dificuldades, eles sobrevivem, alguns já por anos. A literatura aponta como provável explicação para esse fato a existência de outros ganhos, não-financeiros, tais como o aumento da auto-estima; o conhecimento adquirido no exercício do trabalho coletivo; a conscientização dos direitos cidadãos; a ampliação da visão de mundo; e o prazer derivado do trabalho em grupo.

Tais ganhos assumem tamanha importância para os membros dos empreendimentos que os levam a permanecer nas iniciativas solidárias. Além disso, grande parte dos empreendimentos solidários não se mantém sozinhos, dependendo, em grande parte, do apoio financeiro e da assessoria de entidades de apoio, empresas, governo, organizações não governamentais e entidades internacionais de financiamento de projetos populares.

Da função social para a função capitalista: tendências e estratégias

Conforme já mencionado anteriormente, existe a tendência da degeneração do projeto cooperativista. Sempre persiste a ameaça de o sistema capitalista/neoliberal, na longa e frequente coexistência no mercado, apoderar-se ou contagiar o cooperativismo, desviando-o de seus objetivos e de suas finalidades fundamentais, de caráter societário e humano, pois o cooperativismo tem na sua essência a cooperação, a solidariedade e o bem comum. Acreditamos que o cooperativismo e os empreendimentos da economia solidária possam ser a saída para a crise mundial, bem como uma oportunidade de reduzir a hegemonia do sistema capitalista. Isso poderá suceder, desde que mantenha sua essência visionária de dar o primado às pessoas, de democracia e participação plena, de liberdade, educação e distribuição justa e solidária dos bens e, fundamentalmente, que mantenha o ser humano como o foco principal de sua ação, buscando o melhor para todos, apostando na sustentabilidade e no desenvolvimento de comunidades.

Há épocas em que a contaminação capitalista, junto com a ingerência estatal, torna-se mais perceptível. Ao longo do período de entrada do capitalismo no campo, visando acelerar o processo de modernização na produção agropecuária e a solidificação da formação latifundiária e do agronegócio, vejamos o que sobre este tema escreve Dal Ri:

O governo militar (1964-1984), contrário às pretensões populares de reforma agrária, implementou uma política que visava à modernização do campo com base no desenvolvimento de empresas capitalistas agroindustriais voltadas para a exportação. Nessa conjuntura, as cooperativas agrárias constituíram-se em canais de repasse de um grande volume de recursos subsidiados, do setor público para o privado! (Dal Ri e Vieitez, 1999, p. 16).

Dessa forma, as cooperativas agrícolas são constituídas por "sócios de diferentes portes, que cooperam entre si, sobre tudo, tendo em vista a distribuição e comercialização" (Dal Ri e Vieitez, 1999, p. 15). Não obstante, outra peculiaridade dessas cooperativas é o número de funcionários assalariados para realizar suas atividades, uma vez que os sócios cooperados possuem, conforme colocam Dal Ri e Vieitez (1999), Bialoskorski (1994) e Zylbersztajn (2002), um duplo papel: de proprietários de terras e de "gerentes" na organização cooperativa. Com isso, citamos Zylbersztajn para elucidar o problema:

Na raiz da organização cooperativa está o fato de que o trabalhador é também proprietário dos recursos produtivos. Isto o induz a estruturar a sua atividade produtiva como um capitalista e, ao mesmo tempo, participar de uma sociedade gerida pelos princípios da cooperação, qualificada como cooperação benigna. Nos casos em que tem a gestão conduzida pelo próprio cooperado, a cooperativa perde algumas vantagens advindas da especialização (Zylbersztajn, 2002, p. 3).

A indução da atividade produtiva em prol de uma forma capitalista de produção e comercialização ocorre como inevitável decorrência de inserção numa economia e nos processos de produção e comercialização que se orientam pela lógica e a racionalidade capitalista. É por uma questão de estratégia produtiva e comercial que as cooperativas são levadas a inserir-se em tal contexto, caso contrário, não conseguiram produzir, muito menos comercializar sua produção. É por uma questão de sobrevivência que, no plano das interações externas e mercadológicas, pressionadas pela hegemonia da lógica capitalista, elas são forçadas a operar segundo os interesses lucrativos do capitalismo. Mas, ao mesmo tempo, internamente, coerentes com a natureza e a filosofia de sua organização, são desafiadas a viver e a praticar dialeticamente a lógica da cooperação, da ajuda mútua, da solidariedade.

Aliás, num contexto tão hegemonicamente capitalista, é difícil qualquer organização, mesmo a mais pretensamente de esquerda, de manter-se por muito tempo numa total integridade, num completo isolacionismo ideológico e administrativo, e manter-se totalmente "pura"... Inevitavelmente, mais dia, menos dia, no trato diário com uma realidade econômica, social e cultural de dominância capitalista, ela será "contaminada" pelo "vírus" do clima e dos processos individualistas, capitalistas.

Com razão, pode afirmar-se que o limite das cooperativas se encontra quando passam a fazer a parte de uma cadeia de subcontratação para grandes empresas, com isso, perdem a sua autonomia, quando vinculadas ao grande capital. E mesmo que não façam parte de uma cadeia de terceirização, seu funcionamento é marcado por grande precariedade, tornando-se frágeis frente à concorrência capitalista, ficando sobre os ditames da empresa contratante. Os trabalhadores de tais cooperativas são prestadores de serviços assalariados, o contrato não é de trabalho, mas resultado de uma negociação entre empresas; com isso disfarçando a relação entre capital e trabalho.

Num tal contexto de interação, apenas pode restar a esperança de que a utopia solidária e cooperativista e suas formas de economia e de organização empresarial participativa e transparente, nalgum futuro próximo ou remoto, possam tornar-se uma realidade hegemônica. E isso firmado em quê? Pois o é em vista das elevadas taxas de expansão da economia cooperativista e solidária no mundo todo, em especial no Terceiro Mundo e nos países emergentes.

Da reutilização dos princípios do cooperativismo como estratégia da categoria trabalho na Economia Solidária

A Economia Solidária vem sendo amplamente apresentada e discutida, tanto no meio acadêmico como no ambiente institucional, como uma possível alternativa ao desemprego e à precariedade do trabalho dado o contexto de "crise estrutural do

sistema capitalista" e seu "estado monopolístico". Nesse sentido, é vista como um modo de produção alternativo que busca a emancipação plena da classe dos trabalhadores. (Singer, 2002)

No que concerne à principal força motriz do aludido projeto, está a forma como é organizado e distribuído o trabalho, qual seja, de forma "autogestionária" e como se dá a relação de propriedade dos meios de produção. Dessa forma, coloca-se a seguinte citação para elucidar a questão:

Segundo Singer (*in Sato e Esteves, 2002, p. 6*):

Diz-se autogestionária a empresa cujos sócios são os trabalhadores e cujos trabalhadores são os sócios, sem presença de outros vínculos de trabalho ou de investimento, logo, a autogestão é uma forma específica de democracia industrial, distinta de sistemas de participação, seja acionária, seja nos lucros da empresa.

Dessa forma, fica evidente que o principal eixo do presente discurso é a conjugação e a combinação dos aspectos políticos, construídos por meio de decisões democráticas dos aspectos econômicos. Sua viabilidade é caracterizada, em certa medida, por não objetivar estritamente o lucro e, especialmente, por priorizar os aspectos sociais, onde há a relação de solidariedade, mutualismo e cooperação, ressuscitados como valores balizadores do projeto.

Contudo, a partir desse não antagonismo entre concepção e execução, esse tipo de organização, *a priori*, seria a própria antítese das organizações burocráticas heterogestionadas.

Trata-se, então, de uma luta também no campo da superestrutura, qual seja, ideológica e cultural. Tal luta seria então composta por uma força hegemônica da classe dominante, que, para ser enfrentada, deve ser feita nesse mesmo campo, o da superestrutura, por meio de uma força contra-hegemônica, constituída assim pela própria consciência da classe operária (Gramsci, 2004).

Com isso, o cooperativismo advogado pelos defensores do aludido projeto de Economia Solidária, que resgata a ideologia suscitada na *revolução industrial* do século XIX como resposta à condição de exploração da classe trabalhadora, propõe, em essência, uma emancipação plena, a saber, social, política e econômica.

Para melhor ver outro aspecto importante do processo de Economia Solidária considera-se o caráter constituinte de revolução social que o presente projeto articula. Dessa forma, a revolução estaria sendo processada de baixo para cima, sendo que uma revolução política, tomada do poder, não seria necessária e não é advogada.

Entretanto, alguns pontos apontados na literatura e encontrados em pesquisas realizadas por alguns autores (Benini et al., 2005) em outros momentos levam a uma reflexão sobre o projeto de Economia Solidária. Parafraseando Rosa Luxemburgo (1970), pode afirmar-se que quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada

dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, a completa dominação do processo de produção pelos interesses do Capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado.

Outro aspecto relevante é a amplitude do movimento de Economia Solidária em relação à sua constituição. Por um lado, tem-se uma série de cooperativas que se suscitaram por iniciativa dos próprios trabalhadores – com característica endógena, em processos de lutas e de consciência de classe – e, do outro lado, cooperativas sendo fomentadas e incubadas por incubadoras universitárias e prefeituras, com característica exógena.

Contudo, Singer (2003) argumenta ainda sobre as colocações de Luxemburgo (2005), apontando algumas condições proporcionadas nessas cooperativas que já apresentariam grande significância:

Se as condições de trabalho na fábrica capitalista eram duras, elas sempre seriam menos duras na cooperativa por duas razões fundamentais: na fábrica capitalista os empregados tem de produzir lucros proporcionais ao capital investido, obrigação que os cooperados não tem, o que lhes permite se auto-explorar menos; além disso, os cooperados tem a liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar sua empresa competitiva, ao passo que os trabalhadores assalariados tem de obedecer a determinações da direção (Singer, 2003, p. 17).

Singer ainda argumenta que as cooperativas são importantes, primeiro, porque permitem uma pedagogia, ainda dentro do capitalismo, da prática da "autogestão", a aprendizagem é condição para se ter a possibilidade histórica de superação do capital, segundo, porque na cooperativa há uma melhora das condições de trabalho e, em terceiro lugar, elas diminuem o exército industrial de reserva, na medida em que geram trabalho e renda para os desempregados (Singer, 2003).

Apesar de tais defesas, o próprio Singer reconhece que existe sim autoexploração e competição entre as cooperativas que integrariam, assim, a chamada Economia Solidária (Singer, 2003).

Considerações finais

Existe um antagonismo de interesses nas correntes de cooperativas abordadas. Pode-se justificar o que esse antagonismo suscita pela forma e pelo modo de reprodução que ambas as correntes praticam e teorizam.

Dessa forma, a "cooperativa empresarial" busca uma estrutura organizacional racional e burocrática que, ao tempo em que beneficia um número de cooperados, efetivos donos do processo, utiliza a mão-de-obra assalariada, a força de trabalho, como fonte de valor para o capital e sua reprodução, sendo que o trabalho continua alienado e organizado aos mol-

des da produção taylorista fordista, embora frequentemente com uma intensidade menor do que nas empresas capitalistas. A cooperativa é então usada como uma forma de integração horizontal de pequeno-burgueses ou capitalistas que, em grande parte, não participam do processo produtivo da cooperativa como trabalhadores, operários ou trabalhadores rurais da cooperativa. Nesse caso, está sendo apenas uma alternativa para se obter vantagens na comercialização e na agregação de valor (agregação essa ocorrida por uma lógica de geração de mais valia).

Do outro lado, é advogado um cooperativismo que produz não em razão da reprodução do capital, que se dá por meio da exploração de uma classe pela outra, do lucro, e sim com uma finalidade socioeconômica. Essa corrente busca praticar então uma forma de produção não capitalista, sem antagonismo de classes, que busca uma emancipação do trabalho. Contudo, acredita-se que considerada a proporção conquistada pelas cooperativas agrícolas, que já atuam praticamente como "empresas", a legislação para elas atua como um entrave a suas estratégias, que não deixam de ser estratégias do capital.

Dessa forma, as cooperativas de Economia Solidária, por se tratarem de outra forma de organização e produção, devem buscar um novo marco jurídico que as diferencie das outras cooperativas "empresariais", proporcionando assim que políticas públicas sejam direcionadas de forma mais adequada e precisa e que movimentos que buscam outra forma de cooperação tenham uma alternativa mais estreita com seus objetivos.

E, ao finalizar, parece oportuna a observação de que os empreendimentos cooperativos populares e, em geral, os da economia solidária, não se fechem numa "torre de marfim de autossuficiência," mas que estejam abertos às experiências e ao *know how* acumulado na área gerencial, comercial e trabalhista de outros empreendimentos, sem afastar-se de seus objetivos fundamentais, que saibam assimilar experiências acumuladas, especialmente das cooperativas empresariais. Estas se encontram mais próximas aos empreendimentos populares solidários, em termos de objetivos, de priorização do trabalho/associado sobre o capital, de estruturação e organização participativa e solidária das atividades econômicas, etc.

Tem-se ainda que a própria Economia Solidária, colocada apenas como uma ação do chamado terceiro setor, não ampliando seu espaço de luta para a direção do Estado, através da sua efetiva presença na definição das políticas públicas, pode correr o risco de ser apenas funcional para os interesses do capital.

Referências

- BENINI, E.G.; BENINI, E.A.; ZERBETTO, F. 2005. Texto e Contexto: precarização do trabalho e economia solidária. In: SEMINÁRIO "MUNDOS DO TRABALHO": ADEUS AO PROLETARIADO?, II, Londrina, 2005. Anais... Universidade Estadual de Londrina,
- BIALOSKORSKI, S. 1994. *Agribusiness Cooperativo: economia, doutrina e estratégias de produção*. Piracicaba, SP. Dissertação de mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 135 p.

- CORREIO DO Povo. 2012. A força da economia solidária. Opinião. 15 de maio, p. 2.
- GRAMSCI, A. 2004. *Cadernos do cárcere*. 3^a ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 420 p.
- KLAES, L.S. 2005. *Cooperativismo e ensino à distância*. Florianópolis, SC. Tese de Doutorado. UFSC, 270 p.
- LUXEMBURGO, R. 1970. *Reforma ou revolução?* 4^a ed., Lisboa, Estampa, 131 p.
- MOTTA, F.P. 1981. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo, Editora Brasiliense S.A., 170 p.
- PIRES, M.LL.; SILVA, E.S. *Cenários e tendências do cooperativismo brasileiro*. Recife, Bagaço, 99 p.
- RIOS, G.S.L. 1989. *O que é cooperativismo*. 2^a ed., São Paulo, Brasiliense, 69 p.
- SACHS, I. 2007. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 4^a ed., Rio de Janeiro, Garamond, 95 p.
- SINGER, P. 2002. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SINGER, P. 2003. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. SINGER; A. SOUZA (org.), *A Economia Solidária no Brasil*. São Paulo, Contexto, 360 p.
- STRECK, D.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. (orgs.). 2008. *Dicionário Paulo Freire*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 445 p.
- ZYLBERSZTAJN, D. 2002. *Quatro estratégias fundamentais para cooperativas agrícolas*. Working paper. FEA-USP/PENSA, Nro. 02/017, 21 p. Disponível em: <http://pensa.org.br/working-papers/quatro-estrategias-fundamentais-para-cooperativas-agricolas/>. Acesso em: 11/05/2012.

Submetido: 15/02/2013
Aceito: 02/07/2013